

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	42
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	43
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 30/06/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	26.099.763
Preferenciais	26.099.748
Total	52.199.511
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	10.818.164	10.338.276
1.01	Ativo Circulante	14.326	13.065
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.464	1.259
1.01.04	Estoques	213	48
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.132	1.494
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.132	1.494
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	2.132	1.494
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.827	6.665
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.690	3.599
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	3.690	3.599
1.02	Ativo Não Circulante	10.803.838	10.325.211
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	256.053	167.641
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	119.135	7.242
1.02.01.07	Tributos Diferidos	106.120	105.874
1.02.01.07.02	ICMS a Recuperar	43.003	42.830
1.02.01.07.03	PIS/COFINS a Recuperar	24.716	25.036
1.02.01.07.04	Outros Impostos	38.401	38.008
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	21.275	24.242
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	4.887
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	9.523	25.396
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	9.523	25.396
1.02.03	Imobilizado	10.547.785	10.157.570
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	91.309	96.428
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	10.456.476	10.061.142

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	10.818.164	10.338.276
2.01	Passivo Circulante	342.112	387.890
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.175	5.822
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.175	5.822
2.01.02	Fornecedores	55.366	70.624
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	55.366	70.624
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.063	5.213
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	651	779
2.01.03.01.02	Outros Impostos Federais	651	779
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	105	45
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.307	4.389
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	201.771	228.627
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	57.278	59.407
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	57.278	59.407
2.01.04.02	Debêntures	144.493	169.220
2.01.05	Outras Obrigações	522	265
2.01.05.02	Outros	522	265
2.01.05.02.05	Outros	522	265
2.01.06	Provisões	74.215	77.339
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	74.215	77.339
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	15.023	16.020
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	59.069	60.144
2.01.06.01.05	Provisões Ambientais	123	1.175
2.02	Passivo Não Circulante	8.152.027	7.592.777
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.666.023	5.542.260
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	459.788	483.083
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	459.788	483.083
2.02.01.02	Debêntures	5.206.235	5.059.177
2.02.02	Outras Obrigações	2.486.004	2.050.517
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.286.688	1.123.440
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	1.195.731	1.031.002
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	90.957	92.438
2.02.02.02	Outros	1.199.316	927.077
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.199.316	927.077
2.03	Patrimônio Líquido	2.324.025	2.357.609
2.03.01	Capital Social Realizado	3.409.758	3.409.758
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.085.733	-1.052.149

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.970	-22.521	-27.009	-31.484
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.672	-11.024	-5.249	-8.405
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-8.298	-11.497	-21.760	-23.079
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-12.970	-22.521	-27.009	-31.484
3.06	Resultado Financeiro	-5.872	-11.063	-4.968	-10.146
3.06.01	Receitas Financeiras	1.331	2.864	1.042	2.009
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.203	-13.927	-6.010	-12.155
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-18.842	-33.584	-31.977	-41.630
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-18.842	-33.584	-31.977	-41.630
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-18.842	-33.584	-31.977	-41.630

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-18.842	-33.584	-31.977	-41.630
4.03	Resultado Abrangente do Período	-18.842	-33.584	-31.977	-41.630

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-107.614	-81.402
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-8.822	-8.239
6.01.01.01	Prejuízo do Período	-33.584	-41.630
6.01.01.02	Variação Monetária e Juros - líquido	5.208	5.833
6.01.01.03	Provisão para contingências	12.106	2.123
6.01.01.04	Baixa de Custo de Transação de Empréstimo	4.398	3.393
6.01.01.05	Provisão para perda de estoque	-2.069	79
6.01.01.06	Depreciação	5.119	853
6.01.01.07	Resultado na baixa de ativo imobilizado	0	21.110
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-98.792	-73.163
6.01.02.01	Estoques	1.904	-83
6.01.02.02	Depósitos Judiciais	948	215
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-884	4.083
6.01.02.04	Outras Contas a Receber	-91	-85
6.01.02.05	Despesas Antecipadas	183	-754
6.01.02.06	Partes Relacionadas	-3.007	-6.084
6.01.02.07	Fornecedores	-16.680	-46.217
6.01.02.08	Outras Contas a Pagar	-390	3.927
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a Recolher	-745	-339
6.01.02.10	Juros Pagos	-69.395	-18.770
6.01.02.11	Custos de transação pagos	-10.635	-9.056
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-218.967	-50.768
6.02.01	Aplicação Financeira Não Circulante	-106.564	1.025
6.02.02	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-112.403	-51.793
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	326.786	131.634
6.03.01	Obtenção de financiamentos com partes relacionadas	100.000	100.000
6.03.02	Amortização de financiamentos com o BNDES	-9.280	-9.274
6.03.03	Amortização de financiamentos com o Itaú (FINAME)	-1.237	-1.237
6.03.04	Captação de AFAC com acionista CSN	272.239	56.583
6.03.05	Amortização de financiamentos com o BNB FNE	-7.178	-7.178
6.03.06	Amortização de financiamentos com o BNB M.ATUAL	-7.260	-7.260
6.03.07	Amortização Debêntures	-20.498	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	205	-536
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.259	1.390
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.464	854

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.409.758	0	0	-1.052.149	0	2.357.609
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.409.758	0	0	-1.052.149	0	2.357.609
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-33.584	0	-33.584
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-33.584	0	-33.584
5.07	Saldos Finais	3.409.758	0	0	-1.085.733	0	2.324.025

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.409.758	0	0	-955.093	0	2.454.665
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.409.758	0	0	-955.093	0	2.454.665
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-41.630	0	-41.630
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-41.630	0	-41.630
5.07	Saldos Finais	3.409.758	0	0	-996.723	0	2.413.035

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	331	300
7.01.02	Outras Receitas	331	300
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.769	-25.205
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	1.231	-1.106
7.02.04	Outros	-15.000	-24.099
7.03	Valor Adicionado Bruto	-13.438	-24.905
7.04	Retenções	-5.119	-853
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.119	-853
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-18.557	-25.758
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.864	2.009
7.06.02	Receitas Financeiras	2.864	2.009
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-15.693	-23.749
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-15.693	-23.749
7.08.01	Pessoal	3.656	5.337
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.889	4.672
7.08.01.02	Benefícios	594	522
7.08.01.03	F.G.T.S.	173	143
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.613	596
7.08.02.01	Federais	2.613	596
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	11.622	11.948
7.08.03.01	Juros	4.756	7.423
7.08.03.03	Outras	6.866	4.525
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-33.584	-41.630
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-33.584	-41.630



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2022

1S22



A Transnordestina Logística S.A (TLSA) é uma empresa privada registrada na CVM e com sede na cidade de Fortaleza-CE, controlada em conjunto pela VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias (VALEC) e pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), um dos principais grupos privados nacionais. A TLSA foi criada em 1º de janeiro de 1998 com o nome de Companhia Ferroviária do Nordeste S.A (CFN), quando incorporou os ativos existentes e o direito de concessão da malha ferroviária da antiga rede ferroviária federal (RFFSA).

Em 2008 houve a mudança da razão social de CFN para TLSA, e, em dezembro de 2013, ocorreu a cisão entre as empresas dando origem a Ferrovias Transnordestina Logística (FTL) e a Transnordestina Logística (TLSA).

A TLSA vem empreendendo esforços e investimentos no Projeto Transnordestina, que consiste na construção da malha ferroviária que ligará Eliseu Martins (PI) aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE), totalizando 1.753 km de malha. A ferrovia está sendo construída com bitolas larga e mista, com rampa máxima compensada de 1,0% sentido exportação, rampa máxima compensada de 1,5 % sentido importação e raio mínimo de curva de 400 metros. O projeto visa a maximização dos recursos e minimização do tempo de implantação, assim como a garantia de serviços logísticos de alta qualidade e baixo custo, dada as características do projeto.

O orçamento do projeto, onde estima-se o valor por trecho, está assim composto: Missão Velha – Salgueiro montante de R\$ 0,4 bilhão, Salgueiro – Trindade montante de R\$ 0,7 bilhão, Trindade – Eliseu Martins montante de R\$ 2,4 bilhões, Missão Velha – Porto de Pecém montante de R\$ 3 bilhões, Salgueiro – Porto de Suape montante de R\$ 4,7 bilhões, totalizando R\$ 11,2 bilhões. O projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária cujo orçamento proposto é da ordem de R\$ 13,2 bilhões.

Em 2014 a concessão para prestação de serviços ferroviários da TLSA foi prorrogada por mais 30 anos, podendo encerrar-se até o ano de 2057.

Os comentários a seguir referem-se aos resultados do 1S22.

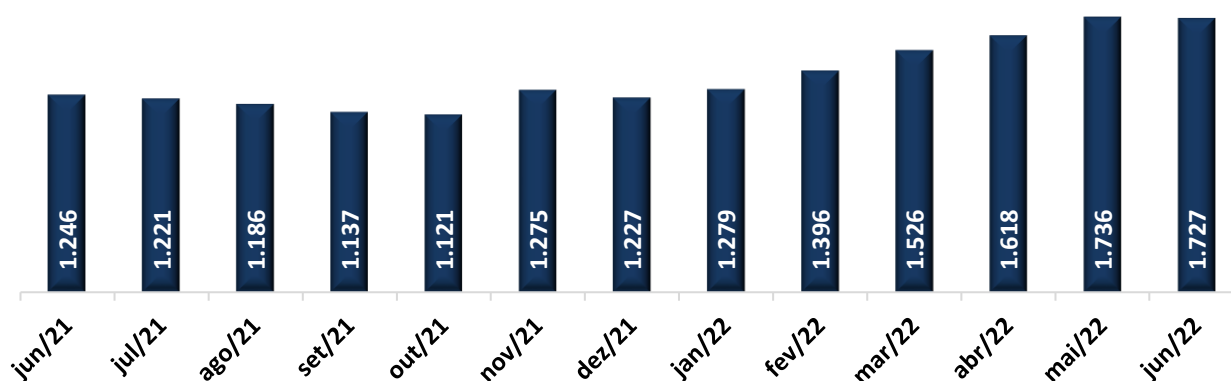
As demonstrações financeiras intermediárias foram revisadas por auditores externos.

PRINCIPAIS DESTAQUES

No 1S22 vale ressaltar:

Atualmente a obra possui 526 equipamentos de grande porte mobilizados, além de um quadro total de 1.727 pessoas alocadas, conforme demonstra a evolução do gráfico abaixo:

Quantitativo alocado na obra



INVESTIMENTOS

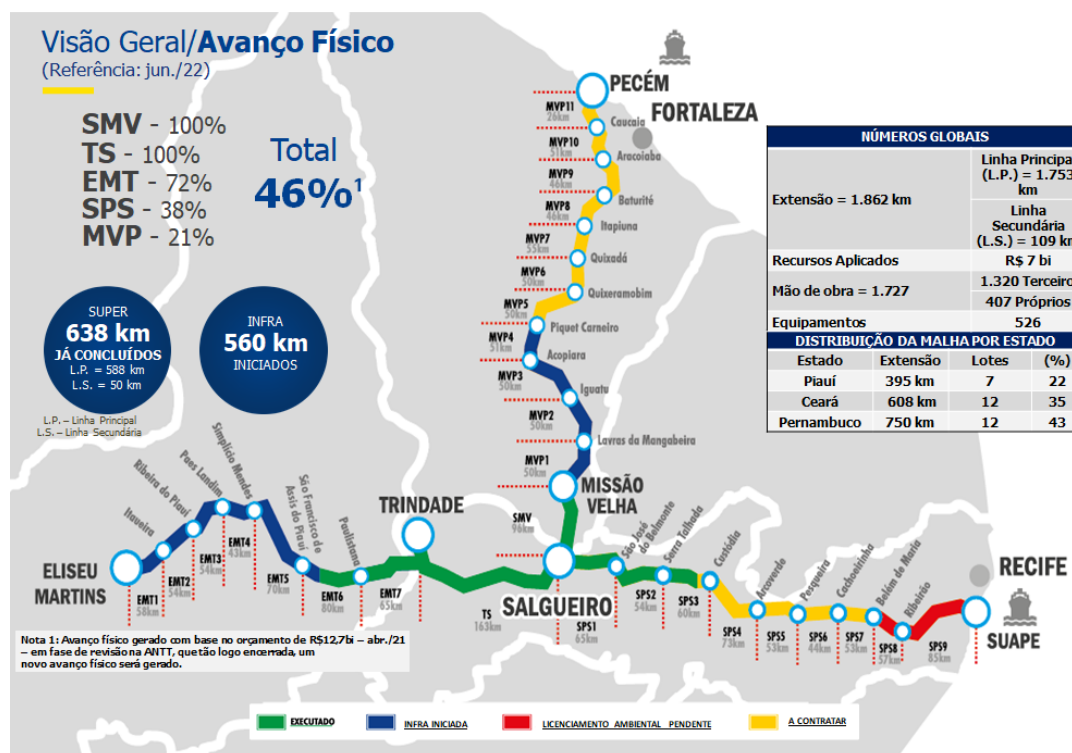
O montante acumulado de desembolso financeiro diretamente atribuído ao projeto Transnordestina é de R\$ 6,994 bilhões, sendo R\$ 107,1 milhões investidos no 1S22.

O avanço físico global atingiu a marca de 46% e já conta com 638 km de grade ferroviária efetivamente montada.

Para melhor entendimento destacamos o andamento da obra em cada trecho do projeto:

- As obras do trecho Missão Velha/CE - Salgueiro/PE, com extensão de 96 km, foram iniciadas em julho/06. As obras neste trecho encontram-se concluídas. Somente serviços de conservação corrente da via estão sendo realizados.
- As obras do trecho Salgueiro/PE – Trindade/PE, com extensão de 163 km, foram iniciadas em fevereiro de 2009. Atualmente as obras de Infraestrutura, OAE e Superestrutura encontram-se concluídas. Somente serviços de conservação corrente da via estão sendo realizados.
- As obras do trecho Eliseu Martins/PI - Trindade/PE, com extensão de 423 km, representam um avanço de 77% de infraestrutura, 93% de OAE e 35% de Superestrutura, representando um avanço total de 72%.
- As obras do trecho Salgueiro/PE – Porto de Suape/PE, com extensão de 544 km, estão com um avanço total de 38%, com 306 km de obras iniciadas, correspondendo aos lotes de Projeto: SPS-01 ao SPS-05. Os lotes SPS-01 e SPS- 02 estão concluídos. O lote SPS-03 está 99% executado, restando apenas a implementação dos últimos 0,6 km de superestrutura, devido ao embargo judicial existente no início do lote SPS-04 (questões ligadas ao desvio da Igreja de Custódia – tombada pelo IPHAN). No SPS 05 podemos destacar a obra do Túnel de Arcoverde que se encontra finalizada. Os demais lotes estão em processo de licenciamento ambiental, após aprovação de projeto revisado de Engenharia pela ANTT (SPS-08 / Barragem de Serro Azul e SPS-09 / Variante para que ferrovia não intercepte núcleos urbanos).
- As obras no trecho Missão Velha/CE – Pecém/CE, com extensão de 527 km, em setembro de 2019 a Construtora Marquise remobilizou o canteiro em Lavras da Mangabeira/CE e atualmente estão executando obras de infraestrutura (terraplenagem, drenagem) nos lotes 01 ao 03. O trecho tem 200 km de infraestrutura iniciadas, com avanços de 25% em Infraestrutura e 40% em OAE (Obras de Artes Especiais), totalizando avanço de 21%.

No sumário executivo abaixo visualizamos o estágio atual das obras da Ferrovia Transnordestina, referente ao 1S22:



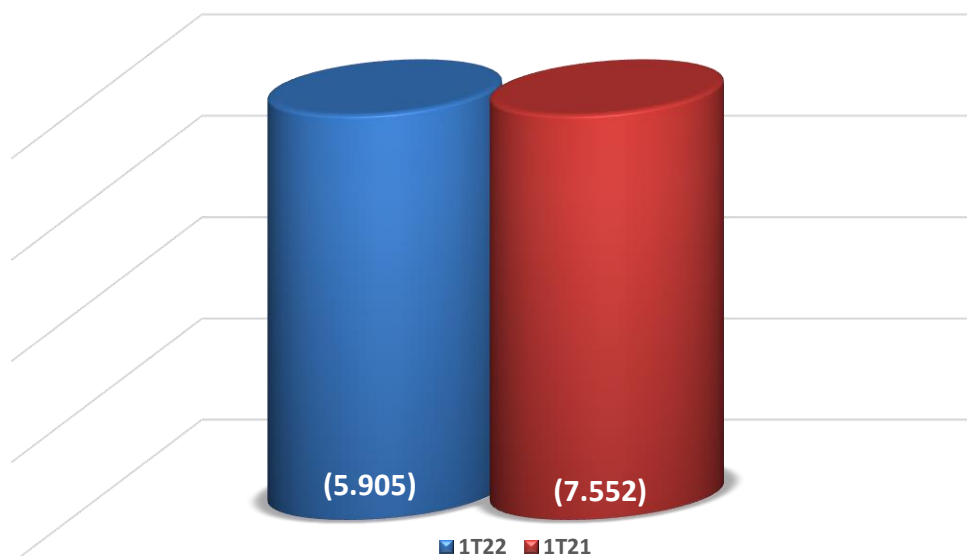
PESSOAL

O número de colaboradores próprios da TLISA no 1S22 é de 398 pessoas, no mesmo período de 2021 esse número era de 164 pessoas.

DESEMPENHO FINANCEIRO

A empresa encontra-se em fase pré-operacional, desta forma, grande parte dos desembolsos são levados a Investimento – Imobilizado em Andamento – inclusive aqueles referentes à engenharia e mão de obra própria.

EBITDA Ajustado



Em R\$ mil	1S22	1S21
Prejuízo do Período	(33.584)	(41.630)
(+) Tributos sobre o Lucro	-	-
(+) Despesas Financeiras Líquidas das receitas financeiras	11.063	10.146
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	5.119	853
LAJIDA (EBITDA)	(17.402)	(30.631)
(+) Outras receitas (despesas) operacionais	11.497	23.079
LAJIDA Ajustado (EBITDA Ajustado)*	(5.905)	(7.552)

*A companhia divulga seu EBITDA ajustado, excluindo outras receitas (despesas) operacionais, por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

O EBITDA ajustado, que representa o Lucro antes da depreciação, encargos financeiros, impostos e outras receitas (despesas) operacionais, atingiu o valor de R\$ 5.905 mil negativos no 1S22. No mesmo período de 2021 o EBITDA ajustado foi de R\$ 7.552 mil negativos.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

A contratação dos auditores independentes foi aprovada pelo conselho de administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o período de seis meses findo em 30 de junho 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

1. Contexto operacional

A Transnordestina Logística S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, sediada em Fortaleza-CE, com registro de companhia aberta, classe B, junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A Companhia, não possui ações negociadas em bolsa de valores, sendo uma controlada em conjunto pela Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN") e pela VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. ("VALEC").

A Companhia tem por objeto social prestar serviços de transporte ferroviário; explorar serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão; explorar os transportes intermodais necessários ao desenvolvimento de suas atividades; participar de projetos que tenham como objeto a promoção do desenvolvimento socioeconômico das áreas de influência, visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos; exercer a atividade de operador portuário; exercer outras atividades que utilizem como base a infraestrutura da Companhia; exercer a função de operador de transporte multimodal (OTM) e executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas anteriormente.

Em 31 de dezembro de 1997, foi assinado o contrato de concessão entre a União, representada pelo Ministério dos Transportes e a Companhia, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, por um período de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período. A Malha Nordeste engloba 7 (sete) Estados da Federação, desde a divisa dos Estados de Sergipe e Alagoas até o Estado do Maranhão, com uma extensão total de 4.534 km, conforme Edital PND/A-02/97/RFFSA do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Em 25 de novembro de 2005, a Companhia e seus acionistas, na época a Companhia Siderúrgica Nacional e a Taquari Participações S.A., em conjunto com os órgãos da administração pública: União Federal, Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE, atual Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE), Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e BNDES Participações (BNDESPAR) firmaram protocolo de intenções para realização de projeto de infraestrutura denominado "Projeto Transnordestina".

Notas Explicativas

A nova ferrovia, com extensão de 1.753 km, ligará o terminal ferroviário, em Eliseu Martins (PI) a dois modernos portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando pela cidade de Salgueiro (PE). A Transnordestina Logística S.A. entende que este será um projeto estruturante que permitirá aumentar a competitividade de diversas cadeias produtivas localizadas ao longo da ferrovia.

Em 2006 iniciaram-se as obras no trecho Missão Velha (CE) a Salgueiro (PE) e em 2009 iniciaram-se as obras no trecho Salgueiro (PE) a Trindade (PE).

Em 11 de janeiro de 2007, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM concedeu à Transnordestina Logística S.A, registro inicial de companhia aberta. A abertura de capital foi necessária para fins de observância a exigência da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, quando da aprovação da incorporação da Transnordestina pela então Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN, anterior razão social da Companhia.

Em 22 de fevereiro de 2013, foi autorizada pela ANTT, através da Resolução 4.042, a cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, bem como a cisão da concessionária Transnordestina Logística S.A. com a consequente constituição de duas companhias abertas, tendo uma por objeto a operação da malha composta pelos trechos São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife (Malha I) e a outra a construção e operação da expansão da malha Nordeste, composta pelos trechos Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II).

Adicionalmente, nesta mesma Resolução, a ANTT considera que o prazo original da concessão é insuficiente para amortizar os investimentos a serem feitos para viabilização das obras dos novos ramais da malha nordeste, implicando a necessidade de prorrogação do prazo original da concessão, dentro das limitações previstas no contrato de concessão original.

Em 20 de setembro de 2013 a Companhia assinou Acordo de Investimentos juntamente com acionistas e órgãos financiadores, cujo orçamento vigente é de R\$ 7,542 bilhões (em substituição aos R\$ 5,422 bilhões iniciais), sendo, R\$ 1,888 bilhões provenientes da CSN, R\$ 230 milhões do acionista VALEC (empresa pública controlada pelo Governo Federal), R\$ 1,143 bilhões de aumento de capital com recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), R\$ 180 milhões referente a empréstimo com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), R\$ 225 milhões de recursos a título de empréstimos, provenientes do BNDES e R\$ 3,876 bilhões de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Em 27 de dezembro de 2013 foi aprovada pelos acionistas da Companhia a cisão parcial dos ativos e passivos referentes à Malha I, tendo sido incorporados pela FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

Em 22 de janeiro de 2014, foi assinado o contrato de concessão entre a União, por intermédio da ANTT, e a Companhia, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, até o ano de 2057, devendo o poder concedente declarar extinta a concessão, uma vez alcançada a taxa de retorno de 6,75% a.a. (seis inteiros e setenta e cinco por cento ao ano) atualizado pelo IPCA, referente aos trechos que compõem a Malha II.

A prestação dos serviços ferroviários de que trata o contrato de concessão será realizada com a utilização de ativos cuja construção se encontra em andamento e sendo executada com recursos próprios da Companhia e da União, conforme Acordo de Investimento celebrado entre os acionistas.

Desta forma, durante o período de obras do "Projeto Transnordestina", haverá utilização de bens alugados ou pertencentes à Companhia e, posteriormente, após a liberação dos trechos pelo Poder Concedente, estes, passarão à condição de arrendados.

À Companhia competirá a obrigação de execução das obras de implantação dos trechos ferroviários, bem como a obtenção dos financiamentos necessários à execução do objeto contratual da concessão. Não há previsão para cobrança, pelo Poder Concedente, de contrapartida financeira sobre a concessão do direito de exploração de serviço público de transporte ferroviário de cargas à Companhia.

Notas Explicativas

O Tribunal de Contas da União - TCU, por meio de decisão cautelar emitida em maio de 2016, referente ao processo TC 012.179/2016, proibiu novos repasses de recursos públicos à TLSA por parte da VALEC, FINOR, FNE, FDNE, BNDES e BNDESPAR. Após a apresentação de recurso contra a decisão cautelar e fornecidas as devidas explicações, em junho de 2016 a decisão liminar proferida pelo TCU foi revogada por unanimidade dos membros deste tribunal, tendo sido restabelecida a continuidade dos aportes programados.

O FINOR aprovou através do Despacho nº 12 e Portaria nº 60, ambos do Ministério da Integração, a readequação orçamentária do projeto, que foi concluída em julho de 2016. Em relação ao FDNE, cujo agente operador é o Banco do Nordeste do Brasil.

Por meio de nova decisão cautelar emitida em janeiro de 2017, ainda referente ao processo TC 012.179/2016, o TCU proibiu novamente os repasses de recursos públicos à TLSA por parte da VALEC, FINOR, FNE, FDNE, BNDES e BNDESPAR. Em 11 de março de 2020 o processo foi inserido na Pauta de Julgamento do TCU, nesta mesma data o processo foi retirado de pauta por tempo indeterminado. A Companhia vem prestando os esclarecimentos necessários ao TCU e atuando com firmeza para que a decisão seja revogada em breve e o fluxo de aportes programados seja restabelecido.

Situação econômico-financeira

A Companhia encontra-se em fase de implantação, devendo assim permanecer até a conclusão da malha II. O cronograma aprovado, que previa o término da obra para janeiro de 2017, está atualmente em revisão e discussão junto aos órgãos responsáveis. Contudo, a Administração da Companhia entende que novos prazos para conclusão do projeto não impactarão negativamente de forma substancial no retorno esperado do investimento.

Ainda que em 30 de junho de 2022 a Companhia apresente capital circulante líquido negativo de R\$ 327.786, a Companhia conta com recursos de seus acionistas e de terceiros para conclusão da obra, que vem sendo disponibilizados, com base em acordos anteriormente celebrados e nas discussões recentes entre as partes envolvidas. Conforme o Acordo de Investimentos, à CSN caberá a responsabilidade de aportar recursos extraordinários, se houver necessidade de investimentos que ultrapassem o orçamento acordado, em troca de contrato de uso da via permanente.

Em julho de 2019 foi assumido o compromisso pelo acionista privado de realizar aportes no montante de R\$ 257 milhões a fim de reestabelecer o ritmo de obras, sendo realizado ao longo de 2020 suplementação ao valor de investimento inicialmente estabelecido no montante de R\$ 46 milhões, totalizando ao final daquele exercício R\$ 303 milhões em obra. No exercício de 2021 foi executado R\$ 207,8 milhões de investimentos no projeto.

A Companhia concluiu em 19 de dezembro de 2019, conforme cronograma previsto, as entregas de engenharia referentes a revisão dos projetos dos trechos a serem executados, assim como o levantamento dos serviços já executados nos trechos em andamento e concluídos (*"as built"*), desta forma, a administração entende que é possível a validação do orçamento regulatório e a preparação de cronograma revisitado

Em dezembro de 2021, a diretoria da Companhia submeteu e aprovou junto ao Conselho de Administração para 2022 a proposta orçamentária de R\$ 758 milhões, sendo R\$ 413 milhões destinados aos investimentos do projeto, dos quais R\$ 249 milhões destinados às execuções de obra. Até 30 de junho de 2022, houve ingresso de recursos pelo acionista privado o montante de R\$ 372.239 (Nota Explicativa nº 14), sendo executado R\$ 131.299 milhões de investimentos no projeto.

Até 30 de junho de 2022 foram investidos no projeto o montante de R\$ 6,994 bilhões (R\$ 6,887 bilhões em 31 de dezembro de 2021), recursos oriundos das seguintes fontes: FINOR R\$ 519 milhões, FNE R\$ 180 milhões, FDNE R\$ 3,065 bilhões, BNDES R\$ 225 milhões, VALEC R\$ 1,171 bilhões e CSN R\$ 1,834 bilhões.

Atualmente, o valor do orçamento aprovado é composto da seguinte forma: Missão Velha – Salgueiro montante de R\$0,4 bilhão *, Salgueiro – Trindade montante de R\$ 0,7 bilhão *, Trindade – Eliseu Martins montante de R\$ 2,4 bilhões *, Missão Velha – Porto de Pecém montante de R\$ 3 bilhões *, Salgueiro – Porto de Suape montante de R\$ 4,7 bilhões *, totalizando R\$ 11,2 bilhões *. O projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária cujo orçamento proposto é da ordem de R\$ 13,2 bilhões.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2022, o estágio das obras apresentava o seguinte avanço, por trecho: Salgueiro (PE) - Missão Velha (CE) – extensão total de 96 quilômetros com avanço de 100% * (concluído), Salgueiro (PE) - Trindade (PI) – extensão total de 163 quilômetros com avanço de 100% * (concluído), Eliseu Martins (PI) - Trindade (PI) – extensão total de 423 quilômetros com avanço de 72% *, Salgueiro (PE) - Porto de Suape (PE) – extensão total de 544 quilômetros, com avanço de 38% * e Missão Velha (CE) - Pecém (CE) – extensão total de 527 quilômetros com avanço de 21% *.

Atualmente estão mobilizados os canteiros de obras do município de Simplício Mendes, no estado do Piauí, com execução de obras pela Construtora Via Magna e o canteiro de obras do município de Lavras da Mangabeira, no estado do Ceará, com execução pela Construtora Marquise.

As obras de infraestrutura (terraplenagem, drenagem e obras de arte especiais) nos lotes 03 (14 km finais), 04, 05, 06 e 07 do trecho Eliseu Martins a Trindade (EMT) foram concluídas no ano de 2021. Atualmente estão em andamento as obras de infraestrutura nos lotes 01,02 e 03 do trecho que liga Missão Velha ao Porto de Pecém (MVP), assim como a execução de 165 km de superestrutura e serviços complementares (recuperação de camadas finais) nos lotes 03 (14 km finais), 04, 05, 06 do trecho EMT. Os recursos utilizados na obra nos anos de 2019 a 2022 foram aportados pelo acionista privado (“CSN”).

Existe um procedimento administrativo perante a Agência Nacional de Transportes (“ANTT”) que avalia o regular cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão pela Companhia. Neste contexto, em 2020, a ANTT propôs à União a declaração da caducidade do Contrato de Concessão da TLSA e a instauração de processo administrativo no âmbito da Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas – SUFER. A recomendação da ANTT, que foi fundamentadamente contestada pela TLSA, não vincula o Poder Concedente, tampouco põe fim à discussão, eis que ainda estão pendentes as avaliações do Ministério da Infraestrutura e da Presidência da República. Além disso, é igualmente possível o reexame judicial da matéria. A Companhia continua suas atividades de implantação dos trechos da ferrovia nos Estados do Piauí e do Ceará e de conservação dos trechos já construídos, com fundada expectativa de que seja mantida a continuidade das suas operações.

Em 16 de setembro de 2020 foi protocolado junto ao TCU o pedido de reconsideração e suspensão acerca do Acórdão nº 67/2017, que determinou a suspensão dos repasses de recursos públicos ao empreendimento até a avaliação dos projetos de engenharia e a determinação do orçamento regulatório pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Nesse pedido de reconsideração foi solicitado que, diante do esgotamento das providências da TLSA para aprovação do orçamento das obras do projeto e da imprescindibilidade dos recursos previstos nos acordos que estruturaram o projeto para a sua finalização, seja revisto o entendimento esposado no Acórdão 67/2017, com a consequente liberação imediata dos recursos públicos de responsabilidade das fontes públicas. Subsidiariamente, solicitamos que, caso não seja deferida a liberação dos aportes públicos, requeremos a imediata liberação dos recursos do FINOR, visto que, independentemente de sua natureza, os mesmos têm caráter de reembolso dos valores comprovadamente aplicados pela TLSA nas obras, não podendo ficar submetidos à suspensão estipulada no Acórdão nº 67/2017 – TCU.

Em 12 de julho de 2021, a diretoria colegiada da Agência através do voto com a numeração 44/2021, com o objeto acerca da Avaliação dos aspectos regulatórios do orçamento e das variantes do projeto de implantação da Ferrovia Transnordestina, votou pela aprovação do orçamento regulatório no montante de R\$ 8,9 bilhões.

A Concessionária, frente à publicação da Deliberação ANTT nº 238, de 13 de julho de 2021 - que validou o referido Orçamento - e em linha com os dispositivos processuais, apresentou Pedido de Reconsideração no qual detalhou elementos técnicos que convalidavam seus cálculos.

Através da Deliberação ANTT nº 447, publicada em 21/12/2021, a agência reguladora acolheu parcialmente os argumentos trazidos pela concessionária de forma a atualizar o valor do orçamento regulatório para o montante de R\$ 10,8 bilhões. Em 02 de maio de 2022, foi protocolada petição com documentação complementar contendo novos elementos que comprovam quantitativos ainda desconsiderados pela ANTT, a qual se encontra pendente de apreciação pela Agência.

(*) Não revisado)

Notas Explicativas

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As presentes informações financeiras incluem as informações financeiras intermediárias preparadas de acordo com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstrações Intermediárias.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para emissão dessas informações financeiras intermediárias foi dada pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal da Companhia em 12 de agosto de 2022.

b) Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras intermediárias apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de Estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas e julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Continuidade operacional

A administração da Companhia preparou suas demonstrações financeiras intermediárias com base no pressuposto de continuidade operacional, tendo em vista o compromisso de seus acionistas, principalmente o acionista privado em fazer os aportes necessários para honrar os compromissos da Companhia nos próximos doze meses. Tendo em vista que a Companhia está em fase pré-operacional e depende dos recursos de seus acionistas para honrar seus compromissos nos próximos doze meses, este é um julgamento contábil crítico.

- Análise de recuperabilidade (*Impairment*) do ativo imobilizado

A cada encerramento de período a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. Contabilização da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

Notas Explicativas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 13. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras intermediárias e são suficientes para cobrir prováveis perdas.

- Não aplicação do IFRIC 12 - “*Service Concessions Agreements*” (Contratos de Serviço de Concessão)

Conforme a interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, sobre a IFRIC 12 - “*Service Concessions Agreements*”, para que um contrato de concessão seja aderente a IFRIC 12 é necessário o atendimento de todos os seguintes critérios: (i) regulamentação e controle da concessionária pela concedente; (ii) determinação de preço; e (iii) determinação dos clientes aos quais serão destinados os serviços. O contrato de concessão da Companhia não especifica a quem serão destinados os serviços e não determina os preços, apenas limites máximos, o que proporciona uma margem significativa para negociações comerciais.

Com base no confronto realizado entre os critérios para enquadramento na IFRIC 12 – “*Service Concessions Agreements*” e o Contrato de Concessão para Exploração e Desenvolvimento do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Carga na Malha Nordeste, a Administração da Companhia entende que a adoção da IFRIC 12 não é aplicável.

3. Principais políticas contábeis

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com políticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. Dessa forma, as informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras anuais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras	1.464	1.259
Total	1.464	1.259

As aplicações financeiras, são de liquidez imediata, referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, remunerados a taxa de 94% do CDI (93,5% do CDI em 31 de dezembro de 2021). Estes CDBs podem ser resgatados a qualquer momento sem mudança significativa em seu valor de face.

5. Estoques

	30/06/2022	31/12/2021
Estoques	8.526	10.430
Perdas estimadas em estoque	(8.313)	(10.382)
Total	213	48

Notas Explicativas

Movimentação para perdas estimadas em estoques:

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(10.382)	(10.345)
(+) Adições no período	-	(113)
(-) Reversões no período	2.069	76
(=) Saldo final	(8.313)	(10.382)

A provisão para perda de estoque é composta principalmente por materiais que tem aplicação direta em superestrutura e estão sem movimentação à longa data. O cálculo da provisão para perda de estoque é realizado com base em política interna da companhia e trata-se de um cálculo realizado por estimativa. A provisão poderá ser revertida de acordo com a utilização dos itens.

6. Impostos a recuperar

	30/06/2022	31/12/2021
ICMS (a)	43.003	42.830
PIS (b)	20.002	4.758
Cofins (b)	4.716	20.280
IRPJ (c)	40.531	39.500
Total	108.252	107.368
Circulante	2.132	1.494
Não circulante	106.120	105.874

(a) ICMS a recuperar

Em virtude do elevado volume de aquisição de ativo imobilizado, decorrente do Projeto Transnordestina, conforme comentado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia vem gerando créditos de ICMS. A Administração da Companhia acredita que tais créditos serão realizados após o início da operação.

(b) PIS e Cofins a recuperar

Trata-se de créditos de PIS e Cofins calculados sobre o valor das aquisições de ativo imobilizado. O custo das aquisições é contabilizado pelo valor líquido de tais créditos. A Administração da Companhia acredita que tais créditos serão realizados após o início da operação, através da compensação com obrigações de mesma natureza na proporção de 1/12 por mês, conforme opção permitida pela Lei nº 10.865/04.

(c) IRPJ sobre aplicação financeira

Refere-se em sua maior parte ao imposto de renda incidente das aplicações financeiras do fundo de liquidez do FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, mencionado na Nota Explicativa nº 8, como também o registro da atualização monetária oriunda da apuração de imposto de renda com base negativa.

Notas Explicativas

7. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas estão registradas no ativo circulante e não circulante, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros, serviços, entre outros, sendo capitalizadas mensalmente. Trata-se de despesas com seguros de Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil referente à obra de construção da ferrovia Transnordestina, seguros de Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil e veículos, referente às atividades operacionais da Companhia, bem como, licença para utilização de softwares.

	30/06/2022	31/12/2021
Risco de engenharia	22.398	24.800
Responsabilidade civil	2.057	2.277
Seguro garantia	3.255	3.617
Outros	392	213
Total	28.102	30.907
Circulante	6.827	6.665
Não circulante	21.275	24.242

Movimentação no período:

	Risco de engenharia	Responsabilidade civil	Seguro garantia	Outros	Total
Saldo em 31/12/2021	24.800	2.277	3.617	213	30.907
(+) Adições no período	-	-	389	509	898
(-) Apropriações no período	(2.402)	(220)	(751)	(330)	(3.703)
(=) Saldo em 30/06/2022	22.398	2.057	3.255	392	28.102

8. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras no montante de R\$ 119.135 (R\$ 7.242 em 31 de dezembro de 2021), referem-se aos fundos de liquidez do FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

As aplicações financeiras registradas no ativo não circulante serão resgatadas ao final do contrato, no ano de 2057, e são remuneradas a uma taxa de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

9. Imobilizado

	Taxa anual de Depreciação/amortização (% a.a.)	30/06/2022		
		Custo	Depreciação/amortização	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	77.991	(8.450)	69.541
Vagões e veículos	20	2.400	(260)	2.140
Equipamentos de telecomunicação	20	76	(6)	70
Outras imobilizações	15	21.933	(2.375)	19.558
Total imobilizado em operação		102.400	(11.091)	91.309
Imobilização em andamento		10.456.476	-	10.456.476
Total imobilizado		10.558.876	(11.091)	10.547.785

Notas Explicativas

Revisão da vida útil

A partir de 1º de janeiro de 2017 entrou em vigor a Resolução nº 4540 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, que regulamenta as taxas de depreciação e de amortização anuais para os ativos das concessionárias detentoras do direito de exploração de infraestrutura ferroviária.

Movimentação do período:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação/ Amortização	Saldo em 30/06/2022
Máquinas e equipamentos	73.441	-	(3.900)	69.541
Vagões e veículos	2.260	-	(120)	2.140
Equipamentos de telecomunicação	73	-	(3)	70
Outras imobilizações	20.654	-	(1.096)	19.558
Total imobilizado em operação	96.428	-	(5.119)	91.309
Imobilização em andamento	10.061.142	395.334	-	10.456.476
Total imobilizado	10.157.570	395.334	(5.119)	10.547.785

a) Imobilizado em andamento:

	31/12/2021	Adições	30/06/2022
Infraestrutura	1.924.581	29.175	1.953.756
Juros capitalizados	3.212.276	277.552	3.489.828
Terraplanagem	1.471.489	17.967	1.489.456
Construção de obras de artes especiais	1.121.312	-	1.121.312
Superestrutura	839.911	35.756	875.667
Outros gastos de implantação	609.121	26.445	635.566
Drenagem e obras de arte corrente	358.501	-	358.501
Gerenciamento e elaboração de projetos	258.390	5.443	263.833
Almoxarifado de obras em andamento	196.385	1.584	197.969
Gestão ambiental	69.176	1.412	70.588
Total Imobilizado em andamento	10.061.142	395.334	10.456.476

	31/12/2020	Adições	Baixa	Transferência	30/06/2021
Infraestrutura	1.834.221	70.186	(48)	-	1.904.359
Encargos financeiros capitalizados	2.814.282	176.925	-	-	2.991.207
Terraplanagem (i)	1.424.462	9.542	-	-	1.434.004
Construção de obras de artes especiais	1.121.312	-	-	-	1.121.312
Superestrutura	834.064	2.172	(3.019)	(2.400)	830.817
Outros gastos de implantação (i)	674.930	9.573	(10.571)	(100.000)	573.932
Drenagem e obras de arte corrente	358.501	-	-	-	358.501
Gerenciamento e elaboração de projetos	254.674	5.197	(7.469)	-	252.402
Almoxarifado obras em andamento	194.733	-	-	-	194.733
Gestão ambiental	65.817	1.369	(3)	-	67.183
Total Imobilizado em andamento	9.576.996	274.964	(21.110)	(102.400)	9.728.450

(i) As adições de terraplanagem e outros gastos de implantação são referentes a provisões de obra dos principais fornecedores, são eles Via Magna e Marquise.

Notas Explicativas

Valor recuperável dos ativos

A Companhia efetuou a análise de premissas e indicativos referentes ao valor recuperável de seus ativos (“*Impairment*”) na data base de 31 de dezembro de 2021, considerando os impactos do Covid-19, conforme exigido pelo IAS 36 e CPC 01 e não identificou necessidade de reconhecer nenhuma perda. Em 30 de junho de 2022, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de revisar os cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso. O valor em uso foi determinado com base nos fluxos de caixa futuros derivados do uso contínuo dos ativos relacionados, utilizando-se uma taxa de desconto para trazer esses fluxos de caixa a valor presente. Abaixo seguem as principais premissas utilizadas nas análises efetuadas da data base de 31 de dezembro de 2021:

A taxa de desconto utilizada reflete as avaliações atuais de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo. Essa taxa representa o retorno que os investidores exigiriam se tivessem de escolher um investimento que gerasse fluxos de caixa de valores, tempo e perfil de risco equivalentes àqueles que a entidade espera extrair do ativo. A Companhia utilizou uma taxa média ponderada de capital (WACC) para descontar os fluxos de caixa operacionais e mensurar o valor presente líquido dos ativos. Essa taxa foi calculada de acordo com o custo e a participação do capital próprio e do capital de terceiros na estrutura da Companhia, determinados conforme descrito abaixo:

- Custo do capital próprio: foi utilizada a metodologia CAPM (“*Capital Asset Pricing Model*”) que consiste em determinar a taxa de rentabilidade exigida pelos investidores como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos. A Companhia utilizou dados atuais para determinação dos parâmetros do CAPM, dentre os quais a alíquota de IR/CSLL e o beta alavancado flutuam anualmente de acordo com as projeções e os demais parâmetros permanecem fixos.
- Custo do capital de terceiros: foi determinado de acordo com a média ponderada dos custos dos instrumentos de dívida já contratados e projetados durante o período da concessão.
- Estrutura de capital: a participação do capital de terceiros na estrutura da Companhia foi calculada através da relação entre o saldo das dívidas a cada ano e o total de capital. Já a participação do capital próprio foi determinada através da diferença entre o Valor Presente Líquido (VPL) dos fluxos de caixa operacionais e o saldo das dívidas a cada ano, ou seja, o valor de mercado para os acionistas.

A taxa de desconto, após os impostos, utilizada para mensurar o valor em uso foi de 5,87%. As projeções de fluxo de caixa contemplaram as expectativas de contratos com base no estudo de cargas realizado por consultor independente contratado em 2017, estudos de mercado realizados em 2018, e ainda a atualização das premissas chave tais como taxa de inflação, WACC e custos, que são atualizadas anualmente pela administração a fim de refletir as condições de mercado. Foi efetuada uma reconciliação entre as taxas de desconto post-tax e pre-tax e não foram identificadas variações relevantes no valor final do fluxo. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2021, são as que seguem:

Receita líquida anual média até 2031 - R\$	1.523 mil
Receita líquida anual média após 2031 - R\$	3.742 mil
Média anual da taxa de desconto após impostos - WACC Post-tax (real)	5,87 %
Investimento a incorrer – R\$	6.202 mil

As projeções utilizadas, representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos, envolvendo julgamento e utilização de informações prospectivas, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e de consultoria especializada contratada, e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações que representem impactos materiais nestas demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

10. Fornecedores

O saldo de fornecedores contempla as provisões com base nas medições do avanço da obra, fornecidas pelas principais construtoras contratadas.

Apresentamos abaixo os principais fornecedores em aberto na data base de 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Fornecedor	30/06/2022	31/12/2021
Construtora Marquise	13.628	25.151
Zurich Minas Seguros	15.840	19.800
Via Magna Construções	10.415	14.584
Outros fornecedores diversos	15.483	11.089
Total	55.366	70.624

11. Empréstimos e financiamentos

Tipo	Vencimento	Encargos	30/06/2022	31/12/2021
BNDES (a)	2033	TJLP + 1,30% a.a.	254.933	264.070
BNB (b)	2031	7,5% a.a.	261.965	277.012
Banco Itaú (c)	2023	5,5% a.a.	168	1.408
Total			517.066	542.490
Circulante			57.278	59.407
Não circulante			459.788	483.083

Movimentação do período

Tipo	Saldo em 31/12/2021	Atualização Financeira (*)	Amortização de principal	Amortização de juros	Custo de transação	Saldo em 30/06/2022
BNDES (a)	264.070	9.782	(9.280)	(9.242)	(397)	254.933
BNB (b)	277.012	9.761	(14.438)	(10.370)	-	261.965
Banco Itaú (c)	1.408	18	(1.237)	(21)	-	168
Total	542.490	19.561	(24.955)	(19.633)	(397)	517.066

(*) A atualização financeira inclui R\$ 14.353 capitalizados e R\$ 5.208 de despesas de juros.

Tipo	Saldo em 31/12/2020	Atualização Financeira (*)	Amortização de principal	Amortização de juros	Custo de transação	Saldo em 30/06/2021
BNDES (a)	282.499	7.910	(9.274)	(7.971)	41	273.205
BNB (b)	305.937	11.128	(14.438)	(10.716)	-	291.911
Banco Itaú (c)	3.887	82	(1.237)	(83)	-	2.649
Total	592.323	19.120	(24.949)	(18.770)	41	567.765

(*) A atualização financeira inclui R\$ 13.287 capitalizados e R\$ 5.833 de despesas de juros.

(a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Financiamento destinado aos investimentos na construção do Projeto Transnordestina. A atualização da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo é efetuada em bases mensais e os juros são pagos mensalmente desde julho de 2016. Os financiamentos serão amortizados, em até 17 anos, sendo o primeiro iniciado em julho de 2016, garantidos por cartas de fianças bancárias, as quais são renovadas trimestralmente. Os financiamentos têm vencimento para 2033.

Notas Explicativas

Cronograma de desembolsos:

	30/06/2022	31/12/2021
2022	9.623	19.221
2023	18.516	18.479
2024	22.655	22.583
2025	24.035	24.056
2026 a 2033	180.104	179.731
Total	254.933	264.070

(b) Banco do Nordeste do Brasil – BNB

Os financiamentos contraídos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, são destinados à execução das obras e serviços do trecho de recuperação da malha ferroviária entre as cidades de Salgueiro a Trindade, vinculado ao Projeto Transnordestina e revitalização da malha atual. A taxa de juros pactuada é 10% a.a. com bônus de adimplência que faz a taxa recuar para 7,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura do contrato. Em fevereiro de 2017 foi realizado aditivo contratual onde foi concedido uma carência entre fevereiro de 2017 e março de 2020, com vencimento repactuado para 2031 (anteriormente 2027), sendo os juros exigidos trimestralmente nesse período e mensalmente quando iniciar a amortização. A garantia é 50% por carta de fiança bancária e 50% por fiança corporativa pela CSN. Cronograma de desembolsos:

	30/06/2022	31/12/2021
2022	23.754	38.801
2023	28.875	28.875
2024	28.875	28.875
2025	28.875	28.875
2026 a 2031	151.586	151.586
Total	261.965	277.012

(c) Banco Itaú BBA S.A - Banco Itaú

O financiamento celebrado junto ao Banco Itaú, provido com recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), tem por finalidade a aquisição de 34 vagões do tipo PNT e 37 vagões do tipo HNT, com modernização dos equipamentos da Companhia. A taxa de juros pactuada é 5,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente desde a assinatura do contrato. Os empréstimos são amortizados mensalmente, em até 8 anos (ambos de 2014 a 2023). A garantia é por meio de alienação fiduciária.

Cronograma de desembolsos:

	30/06/2022	31/12/2021
2022	145	1.385
2023	23	23
Total	168	1.408

A Companhia não possui ativos em garantias aos financiamentos contratados.

Cláusulas restritivas

Os financiamentos com o BNDES e BNB em suas modalidades, possuem cláusulas que obrigam a Companhia a demonstrar através de comprovação física e documental as aquisições e investimentos realizados no ativo imobilizado, para o projeto Nova Transnordestina.

Estas cláusulas são controladas e são atendidas conforme exigências contratuais. A Companhia não tem conhecimento de circunstâncias ou fatos que indiquem situação de desconformidade ou não cumprimento de cláusulas restritivas.

Notas Explicativas

12. Debêntures

No exercício de 2010, a Companhia aprovou a emissão de até R\$ 2.672.400 em debêntures conversíveis em ações, sendo aditado em julho de 2014 para R\$ 3.876.492. Os papéis serão subscritos pelo Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Em 30 de junho de 2022, o montante de debêntures emitidas, acrescido de juros era de R\$ 5.350.728 (R\$ 5.228.397 em 31 de dezembro de 2021), conforme a seguir:

	Data da emissão	Principal	Atualização financeira	Saldo atualizado em 30/06/2022	Saldo atualizado em 31/12/2021
1ª Emissão	09/03/2010	321.980	346.607	668.587	653.302
2ª Emissão	25/11/2010	335.009	331.643	666.652	651.411
3ª Emissão	01/12/2010	323.308	319.745	643.053	628.351
4ª Emissão	04/10/2011	447.890	399.632	847.522	828.146
5ª Emissão	19/09/2012	116.550	92.072	208.622	203.851
6ª Emissão	24/06/2013	621.680	448.808	1.070.488	1.046.014
7ª Emissão	11/08/2014	765.145	480.659	1.245.804	1.217.322
Total		2.931.562	2.419.166	5.350.728	5.228.397
Circulante				144.493	169.220
Não circulante				5.206.235	5.059.177

Todas as debêntures emitidas têm valor nominal unitário de R\$ 1,00, vencimento em 19 de setembro de 2056 e juros de TJLP + 0,85% a.a.

Movimentação no período:

Saldo 31/12/2021	Atualização financeira (a)	Amortização de principal (b)	Amortização de juros (b)	Saldo 30/06/2022
5.228.397	192.591	(20.498)	(49.762)	5.350.728
Saldo 31/12/2020	Atualização financeira (a)	Amortização de principal (b)	Amortização de juros (b)	Saldo 30/06/2021
5.054.086	139.052	-	-	5.193.138

- (a) Todos os juros incorridos e encargos financeiros relativos às debêntures emitidas para construção de bens integrantes do ativo imobilizado foram capitalizados.
- (b) A administração solicitou ao BNB e a Sudene a repactuação do financiamento com recursos do FDNE, pleiteando a postergação do pagamento da parcela vincenda em 19 de setembro de 2020 por 360 dias, que foi concedida pela Sudene no dia 12 de novembro de 2020. Em 26 de maio de 2021 a Companhia entregou a Sudene o pedido de suspensão pelo prazo de 12 meses, das obrigações devidas e programadas para o vencimento de 21 de setembro de 2021, bem como, toda e qualquer remuneração relativa as debentures da TLSA conversíveis em ações que pudesse ser considerada vencida até 31 de dezembro de 2021. Em 17 de setembro de 2021 a SUDENE respondeu o pedido adiando pelo prazo de 45 dias, a partir da data do vencimento da parcela, o pagamento da mesma. Em 01 de dezembro de 2021 a SUDENE decidiu manter a data de vencimento da quinta parcela relativa ao exercício de 2021 em 03 de dezembro de 2021 e instituir novo cronograma de reembolso da quarta parcela, relativa ao exercício de 2020, devendo ser paga nas seguintes datas: 19 de fevereiro de 2022, 19 maio de 2022 e 19 de agosto de 2022.

Notas Explicativas

As debêntures conversíveis não determinam uma quantidade fixa de ações, sendo o número de ações determinado na data da conversão em função do saldo da dívida com o FDNE e do valor patrimonial das ações da TLSA. O montante a ser convertido em ações é o próprio saldo da dívida na data da conversão. Desta forma, ao analisar a aplicação de segregação contábil entre passivo financeiro e instrumento de dívida, a administração concluiu que o instrumento fosse registrado integralmente como passivo financeiro.

O objetivo principal da emissão das debêntures foi o Governo Federal financiar a obra da nova malha ferroviária e honrar com o prazo da concessão. As debêntures não possuem valor de mercado.

Em 4 de agosto de 2014, foi assinado o 9º Termo Aditivo à Escritura Pública de Emissão de Debêntures, no qual ficou estabelecido que o início da amortização da dívida, programado para 3 de abril de 2015, foi adiado para 19 de setembro de 2017, em 40 parcelas anuais e consecutivas.

Em 13 de outubro de 2017, foi assinado o 10º Termo Aditivo à Escritura Pública de Emissão de Debêntures, no qual ficou estabelecido que o início da amortização da dívida, programado para 19 de setembro de 2017, foi adiado para 18 de março de 2018, em 40 parcelas anuais e consecutivas.

Conversibilidade

Conforme cláusula de conversibilidade e acordo de acionistas assinado em 20 de setembro de 2013, as debêntures serão convertidas em ações pela SUDENE/FDNE, no vencimento da primeira parcela de amortização ou resgate, e limitadas a 50% no primeiro vencimento.

As debêntures são consideradas pela Companhia como instrumento de dívida em decorrência das cláusulas contratuais apresentadas, em que o fluxo de caixa a ser entregue é o mesmo, alterando apenas a forma de recebê-lo seja através de instrumento patrimonial ou em dinheiro, bem como a opção de conversão ser do próprio debenturista e de não haver contratado um número fixo de ações.

Vencimento antecipado das debêntures

Poderá ser imediatamente declarada vencida e pagável a soma total das debêntures até então subscritas e integralizadas, acrescidas das remunerações, pena convencional e multas, se ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- Incurrir em atraso injustificado por mais de 15 dias no pagamento do principal e/ou encargos;
- Sustar ou interromper suas atividades por mais de 30 dias ou vier a ser cindida, fundida ou incorporada, salvo prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB;
- Pedir recuperação judicial e/ou extrajudicial, ou for decretada a falência;
- Descumprir obrigações decorrentes de operações financeiras da Companhia ou de seus acionistas controladores, e também obrigações financeiras assumidas perante o BNB;
- Promover modificações no controle acionário, sem prévia aprovação da SUDENE e ouvido o BNB;
- Descumprimentos das regras gerais do regulamento do FNDE e demais disposições legais aplicáveis;
- Aplicar recursos em desacordo com o estabelecido no projeto aprovado pela SUDENE;
- Não manter o registro na CVM impossibilitando o processo de conversão das debêntures em ações;
- O não cumprimento das salvaguardas contratuais, bem como alienação ou constituição de ônus sobre os bens do projeto sem a prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB.
- Deixar de reforçar as garantias em até 30 dias após notificação do BNB nesse sentido, se ocorrer fatos que determine a diminuição das garantias oferecidas.

Notas Explicativas

Garantias

As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória. A relação entre o total de garantias e debêntures é de 238,01%.

Em 30 de junho de 2022, o valor total da garantia é R\$ 9.226.000 e o montante de principal do contrato de escritura das debêntures é R\$ 3.876.000. Relação das garantias:

Fiança corporativa da CSN até o limite de 48,47% do valor nominal das debêntures em aberto, devidamente atualizado, sendo a fiança irrevogável e irretratável para todos os fins legais; Fundo de liquidez representado por aplicações financeiras em conta corrente;

- a) Direitos indenizatórios sobre os ativos do Projeto, representados pelas obras civis realizadas pela empresa e oriundos do Contrato de Concessão;
- b) Penhor de direitos creditórios oriundos dos contratos operacionais que futuramente serão celebrados;
- c) Contratação de seguro garantia, de acordo com o padrão de mercado e de forma individualizada para cada módulo do projeto.
- d) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos financiados, no valor referencial de R\$ 209.971.

Em 30 junho de 2022 a Companhia cumpriu com as garantias acima referenciadas.

13. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia é ré em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência histórica referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	30/06/2022			31/12/2021
	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido	Líquido
Cível	59.069	(940)	58.129	44.437
Trabalhistas	15.023	(7.576)	7.447	7.338
Ambiental	123	(1.007)	(884)	168
Total	74.215	(9.523)	64.692	51.943

Movimentação dos processos no período:

	Saldo inicial	Adição	Utilização	Reversão (d)	Saldo final
	31/12/2021				30/06/2022
Cíveis (a)	60.144	13.529	(14.428)	(176)	59.069
Trabalhista (b)	16.020	1.485	(497)	(1.985)	15.023
Ambiental (c)	1.175	54	-	(1.106)	123
Total	77.339	15.068	(14.925)	(3.267)	74.215

Notas Explicativas

	<u>Saldo inicial</u>				<u>Saldo final</u>
	<u>31/12/2020</u>	Adição	Utilização	Reversão	<u>30/06/2021</u>
Cíveis (a)	25.528	3.485	-	(1.127)	27.886
Trabalhista (b)	19.054	1.800	(401)	(2.529)	17.924
Ambiental (c)	1.059	51	-	-	1.110
Total	45.641	5.336	(401)	(3.656)	46.920

(a) Contingências cíveis

Atualmente a Companhia é demandada como ré na Ação de Falência no 0165651-25.2012.8.06.0001. A Companhia efetuou o depósito judicial da quantia de R\$ 1.670 em 17 de outubro de 2012. Em 19 de maio de 2014, juntada de depósito judicial elusivo do valor remanescente de R\$ 276. Em 31 de julho de 2014, sentença determinando o levantamento dos valores pela parte autora. A ação é considerada pelos seus advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 3.175.

A Companhia é demandada como ré na Ação de Cobrança nº 1031369-59.2018.8.26.0100, trata-se de Ação de Rescisão de Contrato de Locação de Bens Móveis cumulada com Reintegração de Posse e Cobrança de Aluguéis, ajuizada por União Comercial Barão – UCB em face da TLSA. Ação em fase de recurso e considerada pelos advogados da Companhia como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 7.023.

A Companhia ajuizou processo de arbitragem para que a CNO – Construtora Norberto Odebrecht arcasse com valores devidos do Contencioso da Aliança por força da cláusula 3.2 do “Instrumento Particular de Transação, Distrato e Outras Avenças”, celebrado entre a TLSA e a CNO em agosto de 2013, no contexto de encerramento da arbitragem CCI 18869/CA. A CNO, por sua vez, apresentou reconvenção alegando descumprimento da regra da cláusula 3.2 da Transação por parte da TLSA, e requerendo a condenação da Companhia a restituir-lhe valores decorrentes de bloqueio em conta. Em 21 de julho de 2021, foi proferida Sentença Arbitral Final que condenou a TLSA. A ação é considerada pelos seus advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 39.818.

A Companhia é demandada como ré na Ação de Cobrança nº 0043052-48.2019.8.17.2001 ajuizada pela Agilis Mineração, Britagem e Reciclagem Ltda, trata-se de cumprimento de sentença referente a ação de cobrança ajuizada em 2016, com base em cobranças de contratos supostamente não honrados pela TLSA e pela CNO, entre os anos de 2010 e 2011, relativos à extração, mineração e beneficiamento de minerais junto às obras de construção da Ferrovia Transnordestina. A ação é considerada pelos seus advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 4.814.

Existem outros processos com risco provável de perda, no montante provisionado de R\$ 4.239.

(b) Contingências trabalhistas

São processos, principalmente, provenientes de reclamações de ex-colaboradores de construtoras contratadas, na região de Salgueiro, Araripina, Serra Talhada, Petrolina e Arcoverde. O montante provisionado corresponde a R\$ 15.023.

(c) Contingências ambientais

A companhia é demandada como ré na Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal do PI nº 0001635-08.2016.4.01.4004, a qual requer a paralisação das obras referente ao trecho Eliseu Martins-Trindade em razão de supostos impactos não mitigados/compensados que estariam sendo causados às comunidades quilombolas do Contente e Barro Vermelho (São Raimundo Nonato/PI). Foi realizado depósito judicial para reparação das casas danificadas, conforme determinado em sentença, no montante de R\$ 1.000. A ação é considerada pelos seus advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 123.

Notas Explicativas

(d) Reversões

Ambiental: as reversões ocorridas no período se deram devido ao pagamento e arquivamento de diversas ações, bem como ajuste no valor do risco de processos decorrente de atualização/homologação de cálculos.

Processo nº 0001635-08.2016.4.01.4004 –Reversão no montante de R\$ 1.106 por liberação de alvarás para parte adversa e arquivamento definitivo.

Trabalhista: as reversões ocorridas no período se deram devido ao pagamento e arquivamento de diversas ações, bem como ajuste no valor do risco de processos decorrente de atualização/homologação de cálculos, abaixo abertura dos maiores processos, os demais processos são pulverizados.

Processo nº 0002514-33.2013.5.06.0371 – Reversão no montante de R\$ 292 por liberação de alvarás para parte adversa, aguardando arquivamento definitivo.

Processo nº 0000046-97.2014.5.07.0027 - Reversão no montante de R\$ 224 por liberação de alvarás para parte adversa, aguardando arquivamento definitivo.

Ações de risco possível

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 218.887 (R\$ 201.939 em 31 de dezembro de 2021), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Essas ações em sua maioria são provenientes de ações de cobrança de fornecedores contra construtoras contratadas e TLSA, ações civis públicas propostas pelo Ministério Público do Trabalho, verbas rescisórias trabalhistas e execuções fiscais.

Quadro resumo dos processos avaliados como de risco possível:

Natureza da ação	Quantidade	Valor de risco possível em 30/06/2022
Cível	47	92.475
Trabalhista	6	3.623
Tributário	25	108.493
Ambiental	10	14.296
Total	87	218.887

Abaixo as principais causas:

Cível

- a) Ação Ordinária de cobrança na esfera cível, processo nº 0130901-89.2015.8.06.0001, em curso na 5ª Vara Cível da comarca de Fortaleza (CE), visa o ressarcimento de prejuízos decorrentes de descumprimentos de obrigações contratuais quanto ao pagamento dos serviços prestados. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 30 de junho de 2022 é no montante de R\$ 5.583 (R\$ 5.281 em 31 de dezembro de 2021).
- b) Ação de Cobrança processo nº 0147001-51.2017.8.06.0001, em curso na 09ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza/CE, proposta pela empresa Arcadis, visa a cobrança de medições não pagas e descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 30 de junho de 2022 é no montante de R\$ 2.609 (R\$ 2.468 em 31 de dezembro de 2021).
- c) Ação de Cobrança na esfera cível, processo nº 0030705-50.2015.8.26.0100, proposta pela empresa BRCON (locação de equipamentos) visa o ressarcimento de supostos prejuízos decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 30 de junho de 2022 é no montante de R\$ 36.002 (R\$ 34.052 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

- d) Ação Ordinária de Cobrança cumulada com perdas e danos na esfera cível, processo nº 0005819-17.2015.8.10.0040, em curso na 1ª Vara Cível da comarca de Imperatriz (MA), proposta pela empresa REINAR, visa o ressarcimento de supostos prejuízos decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 30 de junho de 2022 é no montante de R\$ 24.010 (R\$ 22.710 em 31 de dezembro de 2021). Este processo está em fase inicial e o valor da estimativa refere-se ao montante pedido pela autora. Acatada exceção de incompetência para remessa dos autos para a comarca de São Paulo/SP.
- e) Ação Monitória processo nº 0217869-25.2015.8.06.0001, em curso na 26ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza/CE, proposta pela empresa Arcadis, visa a cobrança de medições não pagas e descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 30 de junho de 2022 é no montante de R\$ 4.758 (R\$ 4.500 em 31 de dezembro de 2021).

Trabalhista

- a) Ação Civil Pública nº 0000643-10.2017.5.22.0103, em curso na vara do trabalho de Picos/PI, proposta pelo Ministério Público – PRT/22ª Região em face de CNO, VILLA CONSTRUÇÕES e TLSA (responsabilidade solidária), em razão de matéria jornalística veiculada em sítio da internet, dando conta da ocorrência de acidente de trabalho nas obras da Ferrovia Transnordestina, de responsabilidade da referida construtora, em trecho localizado na cidade de Paulistana/PI onde tiveram duas vítimas fatais e onze feridos. A estimativa de perda financeira de risco remota, na data base de 30 de junho de 2022 é no montante de R\$ 8.217 (R\$ 7.869 em 31 de dezembro de 2021).
- b) Ação Civil Pública nº 0001209-15.2015.5.22.0107, em curso na vara do trabalho de Oeiras/PI, proposta pelo Ministério Público – PRT/22ª Região em face de Construtora Monttauro, CRW Serviços e Escavações, CIVILPORT e TLSA (responsabilidade subsidiária), em razão de denúncia realizada pelo SINTEPAV, sindicato responsável pelos trabalhadores nas indústrias da construção de estrada, pavimentação de obras de terraplanagem em geral, no Estado do Piauí, de que as empresas CRW e Monttauro haviam demitido todos os empregados ligados a esta obra, sem pagar-lhes as verbas rescisórias devidas. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 30 de junho de 2022 é no montante de R\$ 2.671 (R\$ 2.567 em 31 de dezembro de 2021).

Tributário

- a) Execuções Fiscais nº 0001396-16.2012.8.17.0560 e proc. nº 0001307-25.2012.8.17.1390 para cobrança de suposto recolhimento a menor de ISS incidente sobre execução de obras cíveis da construção da Ferrovia Transnordestina nos limites do município de Custódia-PE e de Sertânia – PE. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 30 de junho de 2022 é de R\$ 25.151 e R\$ 9.098 respectivamente (R\$ 24.359 e R\$ 8.811 em 31 de dezembro de 2021).
- b) Execução Fiscal nº 0000397-49.2012.8.17.1470 ajuizada pelo Município de Terra Nova/PE, objetivando a cobrança de suposto crédito tributário de ISS. Processo suspenso até o julgamento de Embargos à Execução. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30 de junho de 2022 o montante de R\$ 4.039 (R\$ 3.912 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

14. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com acionistas, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas.

a) Saldos com partes relacionadas

A Companhia realizou as seguintes transações com partes relacionadas diretas e indiretas, cujos saldos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão listados a seguir:

	CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	30/06/2022	31/12/2021
Ativo				
Encargos capitalizados acumulados (a)	419.844	86.570	506.414	436.318
Outras contas a receber (b)	-	-	-	4.887
Passivo				
Adiantamento para futuro aumento de capital (c)	1.199.316	-	1.199.316	927.077
Contrato de mútuo (d)	1.195.731	90.957	1.286.688	1.123.440
Resultado			30/06/2022	30/06/v2021
Receitas com serviços compartilhados (e)	-	2.262	2.262	2.828
Despesas com cessão predial	-	(612)	(612)	(519)
Total resultado	-	1.650	1.650	2.309

- (a) Encargos capitalizados – Referente a juros incidentes sobre empréstimos, financiamentos e mútuos captados para aplicação no Projeto Transnordestina contabilizados no ativo imobilizado, conforme divulgado na Nota 20.
- (b) Bloqueio judicial realizado na Transnordestina Logística S.A. em favor do Sindicato do Piauí – STEFEPI, referente a causas trabalhistas de funcionários da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.
- (c) Valores recebidos como adiantamento para custear o volume mínimo das operações da companhia.
- (d) Contrato de mútuo - Os contratos de mútuo junto às partes relacionadas possuem prazo médio de dois anos, com renovação automática, e com incidência média de juros variáveis, sendo: CDI + 4%, 110,84% do CDI, 130% do CDI e IOF.
- (e) Serviços Compartilhados e outros – Representado substancialmente por valores a receber referente ao rateio de gastos administrativos, nos termos do contrato de serviços compartilhados firmado entre as partes, além de saldos a receber por reembolso de despesas.

Notas Explicativas

b) Movimentação com partes relacionadas

	Ativo	Passivo			
	Outras contas a receber com FTL	AFAC (CSN)	Mútuo com CSN	Mútuo com FTL	Total
Saldo 31/12/2021	4.887	927.077	1.031.002	92.438	2.050.517
Adições/ Liberações	-	272.239	100.000	-	372.239
IOF	-	-	1.912	-	1.912
Atualização financeira	(4.887)	-	62.817	5.367	68.184
Amortização principal	-	-	-	(2.884)	(2.884)
Amortização juros	-	-	-	(3.370)	(3.370)
IR	-	-	-	(594)	(594)
Saldo 30/06/2022	-	1.199.316	1.195.731	90.957	2.486.004

Pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do conselho de Administração, os diretores estatutários e demais diretores.

A Companhia apresenta no quadro a seguir informações sobre remunerações acumuladas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 e de 2021:

	30/06/2022	30/06/2021
Benefícios de curto prazo para administradores	1.929	1.587

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 52.199.511 ações nominativas, no valor de R\$ 3.409.758, sendo 26.099.763 ações ordinárias e 26.099.748 ações preferenciais, sem valor nominal.

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 160.000.000 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 80.000.000 de ações ordinárias, 30.000.000 de ações preferenciais classe "A" e 50.000.000 de ações preferenciais classe "B".

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o capital social, subscrito e integralizado, está composto conforme quantidade de ações distribuída abaixo:

	30/06/2022 e 31/12/2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Companhia Siderúrgica do Nacional – CSN	24.168.304	501.789	24.670.093
BNDES Participações – BNDESPAR	208.743	2.609.958	2.818.701
BNDES	-	3.383.020	3.383.020
FINAME	-	918.906	918.906
VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	1.722.716	18.686.075	20.408.791
Total	26.099.763	26.099.748	52.199.511

Notas Explicativas

b) Reservas

- **Reserva legal**

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei No. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- **Dividendos**

Um montante proposto pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração para pagamento de dividendos, sendo que não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, quando aplicável.

Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado atribuível aos acionistas da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 e de 2021 conforme o quadro abaixo:

Prejuízo básico por ação	Ordinárias	Preferenciais	30/06/2022	30/06/2021
Prejuízo do período			(33.584)	(41.630)
Quantidade de ações média ponderada durante o período (*)	26.099.763	26.099.748	52.199.511	52.199.511
Resultado por ação – básico e diluído (por lote de mil ações)			(0,6434)	(0,7975)

(*) Instrumentos antidiluidores.

Os instrumentos abaixo relacionados diminuem os prejuízos por ação básicos, por isso não foram incluídos no cálculo do prejuízo por ação diluído. Como consequência, a quantidade média ponderada de ações utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação foi a mesma utilizada para o cálculo do prejuízo por ação básico.

	30/06/2022	30/06/2021
Ações consideradas como emitidas sem nenhuma contrapartida relacionadas a:		
Debêntures	59.235	55.217

16. Despesas por natureza

Despesas administrativas e gerais	01/04/2022 30/06/2022	01/01/2022 30/06/2022	01/04/2021 30/06/2021	01/01/2021 30/06/2021
Folha de pagamento	(1.024)	(3.958)	(3.226)	(5.682)
Material	(13)	(19)	(10)	(36)
Serviço	(1.075)	(1.928)	(1.160)	(1.834)
Depreciação	(2.560)	(5.119)	(853)	(853)
Total	(4.672)	(11.024)	(5.249)	(8.405)
Outras receitas (despesas) operacionais				
Provisão para contingências	(9.871)	(13.197)	(771)	(2.218)
Baixa de ativo	-	-	(21.110)	(21.110)
Multas	(131)	(279)	-	-
Outras receitas (despesas)	(337)	(90)	234	328
Provisão (reversão) para perda de estoque	2.041	2.069	(113)	(79)
Total	(8.298)	(11.497)	(21.760)	(23.079)

Notas Explicativas

17. Resultado financeiro

	01/04/2022 30/06/2022	01/01/2022 30/06/2022	01/04/2021 30/06/2021	01/01/2021 30/06/2021
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	729	1.461	806	1.589
Juros ativos	35	67	10	20
Outros	567	1.336	226	400
Total	1.331	2.864	1.042	2.009
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos (a)	(3.310)	(6.669)	(3.094)	(7.422)
IOF	-	(6)	(594)	(9)
Comissões de fianças bancárias	(2.556)	(4.543)	(1.739)	(3.458)
PIS e Cofins sobre receitas financeiras	(204)	(386)	(91)	(199)
Juros e multa	(728)	(1.445)	(19)	(307)
Outros	(405)	(878)	(473)	(760)
Total	(7.203)	(13.927)	(6.010)	(12.155)
Resultado financeiro	(5.872)	(11.063)	(4.968)	(10.146)

- (a) Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 9 e 11 os juros incorridos e demais encargos financeiros, relativamente a financiamentos obtidos de terceiros, para construção de bens integrantes do ativo imobilizado, foram capitalizados. O saldo remanescente no resultado refere-se a financiamentos obtidos de terceiros não relacionados com imobilizado e para capital de giro referente a obras já encerradas.

18. Instrumentos financeiros

a) Composição dos saldos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras intermediárias foi:

	30/06/2022	31/12/2021
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	1.464	1.259
Depósitos judiciais	9.523	25.396
Total	10.987	26.655
Aplicação financeira	119.135	7.242
Total	130.122	33.897

Notas Explicativas

Passivos financeiros

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	30/06/2022					
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Empréstimos e financiamentos	517.066	25.511	31.767	48.770	158.668	252.350
Debêntures	5.350.728	144.493	-	66.119	222.370	4.917.746
Partes relacionadas	1.286.688	-	-	1.286.688	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	55.339	55.339	-	-	-	-
Total	7.209.821	225.343	31.767	1.401.577	381.038	5.170.096

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	31/12/2021					
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Empréstimos e financiamentos	542.490	26.027	33.380	47.378	157.073	278.632
Debêntures	5.228.397	107.773	61.447	64.252	216.088	4.778.837
Partes relacionadas	1.123.440	-	-	1.123.440	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	70.612	70.612	-	-	-	-
Total	6.964.939	204.412	94.827	1.235.070	373.161	5.057.469

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justo.

Empréstimos e financiamentos

O valor dos empréstimos e financiamentos está sendo calculado na data de 30 de junho de 2022 pelo custo amortizado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Notas Explicativas

c) Riscos operacionais

Com a cisão dos ativos e passivos operacionais referentes à Malha I, a Companhia se encontra em fase de implantação, com prazo para início das operações atualmente em revisão e discussão junto aos órgãos responsáveis. Neste período, poderá estar sujeita ao aumento nos custos operacionais, como energia elétrica e combustível, de forma desproporcional ao aumento dos preços de venda que espera praticar no fechamento de contratos com seus clientes.

Como ferramenta de controle, a Administração elabora orçamento anual e plurianual, bem como revisa periodicamente as premissas adotadas na elaboração do plano de negócios, de modo a identificar antecipadamente situações que possam impactar negativamente em suas operações, bem como adotar medidas preventivas que lhe permitam assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia em curto, médio e longo prazo.

d) Risco de liquidez

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, estão apresentadas no quadro Nota Explicativa nº 18 (a).

Risco de taxas de juros

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de empréstimos e financiamentos, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseados em TJLP, cuja variação ocorre trimestralmente. A Companhia não contrata instrumento financeiro específico para mitigar esses riscos.

e) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa CDI sobre empréstimos e sobre as aplicações financeiras atreladas a essa taxa e da TJLP sobre a parte dos empréstimos e financiamentos que estão atrelados a esta taxa.

	30/06/2022	31/12/2021
Ativos em CDI	120.779	8.502
Passivo em CDI	1.286.688	1.123.440
Passivos em TJLP	5.605.659	5.492.467

A Companhia apresenta abaixo três cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário 1 (provável) que é adotado pela Companhia, com 98,73% do CDI à taxa de 8,52% a.a., com 110,84% do CDI à taxa de 9,62% a.a., com 130% do CDI à taxa de 11,37% a.a., com CDI mais 4% à taxa de 4,7% a.a. e TJLP à taxa de 5,78% a.a., (ii) cenário 2, considerando um aumento e redução de 25% sobre as taxas e (iii) cenário 3, considerando um aumento e redução de 50% sobre as taxas.

Notas Explicativas

Abaixo a demonstração da variação das taxas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, conforme cenário demonstrado acima:

Variação positiva	Risco	Cenário 1 (provável)	Cenário 2 (variação de 25%)	Cenário 3 (variação de 50%)
Transação				
Empréstimo em TJLP	5.605.659	TJLP a 5,78%	TJLP a 4,33%	TJLP a 2,89%
Despesa financeira		(324.007)	(242.725)	(162.004)
Empréstimo em CDI (110,8%)	90.957	CDI a 9,62%	CDI a 7,22%	CDI a 4,81%
Despesa financeira		(8.750)	(6.587)	(4.375)
Empréstimo em CDI (130%)	716.105	CDI a 11,37%	CDI a 8,53%	CDI a 5,69%
Despesa financeira		(81.421)	(61.084)	(40.746)
Empréstimo em CDI (+4%)	479.627	CDI a 4,7%	CDI a 3,52%	CDI a 2,35%
Despesa financeira		(22.542)	(16.883)	(11.272)
Aplicações financeiras em CDI (99%)	120.779	CDI a 8,52%	CDI a 10,65%	CDI a 12,78%
Receita financeira		10.290	12.863	15.436
Variação negativa				
Transação				
Empréstimo em TJLP	5.605.659	TJLP a 5,78%	TJLP a 7,22%	TJLP a 8,66%
Despesa financeira		(324.007)	(404.729)	(485.450)
Empréstimo em CDI (110,27%)	90.957	CDI a 9,62%	CDI a 12,03%	CDI a 14,43%
Despesa financeira		(8.750)	(10.942)	(13.125)
Empréstimo em CDI (130%)	716.105	CDI a 11,37%	CDI a 14,21%	CDI a 17,06%
Despesa financeira		(81.421)	(101.759)	(122.168)
Empréstimo em CDI (+4%)	479.627	CDI a 4,7%	CDI a 5,87%	CDI a 7,05%
Despesa financeira		(22.542)	(28.154)	(33.814)
Aplicações financeiras em CDI (99%)	120.779	CDI a 8,52%	CDI a 6,39%	CDI a 4,26%
Receita financeira		10.290	7.718	5.145

Notas Explicativas

19. Cobertura de seguros (não revisado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes, pela sua Administração, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de informações financeiras intermediárias, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A Companhia possui cobertura de seguros contra responsabilidade civil, com o limite máximo de indenização de R\$ 50.000 e seguro para obras civis com o limite máximo de indenizações de R\$ 500.000, ambos com vigência até fevereiro de 2027.

20. Transações que não afetaram caixa

	30/06/2022	30/06/2021
Ativo imobilizado		
Encargos capitalizados (financiamentos)	14.353	13.287
Encargos capitalizados (debêntures)	192.591	139.052
Encargos capitalizados (mútuo)	70.097	20.312
Fianças capitalizadas	5.840	5.704
Rendimentos capitalizados	(5.329)	(1.429)
Provisão para fornecedores (imobilizado)	3.062	44.068
Reconhecimento de provisões para riscos capitalizadas	(305)	(445)
Apropriações de despesas antecipadas de seguros capitalizadas	2.622	2.622
Demais áreas		
Compensação de depósitos judiciais com provisões para riscos	(14.925)	(399)
Compensação de Partes Relacionadas a pagar com mútuos a receber	6.254	-
Compensação entre contas a pagar e contas a receber	1.640	3.042

Notas Explicativas

21. Evento subsequente

No dia 08 de agosto de 2022 foi publicado o Acórdão no 1708/2022 – TCU – Plenário, proferido pelo Tribunal de Contas da União – TCU o qual determinou a revogação da medida cautelar que proibia repasses de recursos públicos à TLISA, para a realização das obras de construção da Ferrovia Nova Transnordestina, por parte da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias (“Valec”), o Fundo de Investimento do Nordeste (“FINOR”), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”), ao Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (“FDNE”), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e o BNDES Participações S.A. (“BNDESPar”). A Companhia e a ANTT deverão pactuar, no prazo de 120 dias contados da publicação do Acórdão, um novo cronograma para realização das obras, prevendo a eventual retomada de aportes públicos, definição de prazos e de sanções no caso de descumprimento dos termos pactuados. Em que pese a aludida deliberação proferida pelo TCU permitindo a retomada dos aportes públicos ao empreendimento, subsiste determinação específica no sentido de que os recursos provenientes da acionista VALEC, bem como do orçamento geral da União ou a título de subvenção ou renúncia fiscal permanecem vedados.

* * *

Tufi Daher Filho
Diretor Presidente

Humberto Augusto Mota da Silva
Diretor de Relação com Investidores e Diretor de
Administração e Finanças

Marcelo Cunha Ribeiro
Conselheiro

Meg Sarkis Simão Rosa
Conselheira

Bruno Tetner
Conselheira

Arno Schwarz
Conselheiro

Fernanda Cavalcante Albuquerque
Conselheiro

Yoshiaki Nakano
Conselheiro

Marcelo Cicerelli Silva
Conselheiro

Glauton Fernandes Guimarães
CRC CE nº 026220/O-3
Contador Responsável

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Transnordestina Logística S.A.
Fortaleza – CE

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Transnordestina Logística S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Financeiras Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período comparativos

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e a revisão das informações financeiras intermediárias dos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021, cujos valores estão apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sobre a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria e relatório sobre a revisão das informações trimestrais, sem modificações, em 24 de março de 2022 e 12 de agosto de 2021, respectivamente.

Recife, 12 de agosto de 2022

Pedro Paulo Thiago Gueiros Malta Mendes
CT CRC 1PE-019.646/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na qualidade de Diretores Executivos da Transnordestina Logística S.A., declaramos nos termos do Art. 25, parágrafo 1º, item VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que analisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2022.

Fortaleza, 12 de agosto de 2022.

Tufi Daher Filho
Diretor Presidente

Humberto Augusto Mota da Silva
Diretor de Relação com Investidores e Diretor de Administração e Finanças

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Na qualidade de Diretores Executivos da Transnordestina Logística SA, declaramos nos termos do Art. 25, parágrafo 1º, item V, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que analisamos, discutimos e concordamos com os termos do parecer dos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras do trimestre findo em 30 de junho de 2022.

Fortaleza, 12 de agosto de 2022.

Tufi Daher Filho
Diretor Presidente

Humberto Augusto Mota da Silva
Diretor de Relação com Investidores e Diretor de Administração e Finanças